

O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E A EXPERIÊNCIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO ESTADO DO PARÁ

Carlos André Vieira Guedes

O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E A EXPERIÊNCIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO ESTADO DO PARÁ

Carlos André Vieira Guedes

RESUMO

A discussão sobre a participação popular no Estado Democrático, com vistas à constituição de um poder popular, ganha particular importância a partir das conquistas de diversas experiências encampadas por gestores comprometidos com os interesses populares. No Estado do Pará, o Planejamento Territorial Participativo, experiência inovadora na administração pública do estado, foi lançado como programa de governo no dia 14 de abril de 2007 pela Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, com o objetivo de ser um instrumento de desenvolvimento sustentável e integrado das 12 regiões do estado, construído com o comprometimento do governo de garantir a participação popular. Neste sentido durante os meses de abril e maio de 2007 foram realizadas 12 Plenárias Públicas Regionais onde a população dos 143 municípios do Pará tiveram a oportunidade de participar da construção do processo planejamento do Estado. A Carta Magna brasileira de 1988 possui inúmeros dispositivos decorrentes de seu § único do art. 1º. Onde consagra a democracia participativa e garante a efetiva participação do povo na formação da vontade política do Estado. Nesse sentido, em julho de 2007, o Governo do Pará realizou nos 143 municípios do Estado as Assembléias Públicas Municipais – APMs, que contaram com a participação de 40.782 pessoas, entre homens e mulheres, dos mais variados seguimentos sociais. No mês de agosto de 2007 tiveram lugar as 12 reuniões dos Conselhos Regionais com o objetivo de debater os pareceres dos órgãos da administração pública estadual sobre as demandas votadas nos 143 municípios do estado e eleger os representantes do Conselho Estadual do Planejamento Territorial Participativo. No dia 28 de agosto de 2007 foi instalado o Conselho Estadual do PTP onde tomaram posse os 84 Conselheiros eleitos nos Conselhos Regionais do PTP, além dos 22 representantes do poder executivo estadual e de organizações da sociedade civil. No dia 29 de agosto de 2007 foi entregue a Assembléia Legislativa do Pará o Plano Plurianual 2008-2011 onde foram incluídas as demandas votadas pela população do estado, nas 143 Assembléias Públicas Municipais do PTP. Por tudo isso, avaliar e sistematizar as diversas experiências de participação popular em curso que procuram alterar os métodos autoritários, elitistas e tradicionais de gestão pública é um desafio que se coloca como necessidade imediata, para instrumentar a elaboração teórica e a prática partidária e dos movimentos sociais na construção de uma gestão democrática, descentralizada e comprometida com as questões sociais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 AS 12 PLENÁRIAS REGIONAIS.....	4
3 A REALIZAÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS ANUAL.....	8
4 RESULTADOS.....	12
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
6 REFERÊNCIAS.....	20

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em socializar a experiência da participação popular ocorrida no período das assembléias públicas do PTP e também as etapas que lhe antecederam tornando possível a realização das mesmas e que trouxeram algo inovador para a gestão do estado do Pará, mesmo a Constituição Federal de 1988 garantir dentro de suas leis a participação popular direta, na esfera estadual não havia nenhum registro na história de participação em governos anteriores, o que nos deixou de frente com uma difícil e ousada tarefa, pois implantar um processo sem que o nosso povo paraense até nós mesmo do governo tivéssemos o conhecimento mais profundo deste modelo que estava sendo construído naquele momento, cujo o desafio era realizar em cada município uma assembléia pública municipal e garantir a maior representatividade possível a experiência de cada APM realizada aumentava a certeza de que estávamos no caminho certo, era algo que o povo esperava a maioria empolgado pelo fato de que pela primeira vez o povo participava de um debate de construção de um novo modelo de desenvolvimento para o estado, que dava poderes a população de dizer o que queria para seu município e para a sua região pois naquele momento a esperança de aclamar através de voto nas APMs que o poder público iniciasse a resolução de problemas históricos e que iniciaram a décadas naquela comunidade, e para nós era visível nos rostos de nosso povo a esperança de que poderiam verdadeiramente participar na construção deste estado, pois o modelo de representatividade não era eficiente ao ponto de assumir o debate de se pensar em um novo modelo de desenvolvimento com sustentabilidade com responsabilidade social e ambiental e que incluísse todas as classes e segmentos da sociedade presentes nos 143 municípios do estado do Pará, nesse antigo modelo o que ocorria era a resolução de problemas pontuais que atendia interesses políticos dos chamados “currais eleitorais” pois as obras ou serviços eram para grupos políticos ou prefeitos de base o que não contemplava todo município e nem tão pouco o estado por inteiro e mais uma vez a população não ficava no esquecimento e cada vez mais longe da políticas públicas, com esse modelo direto independente de partido ao grupo político o povo era que decidia o que queria.

2 AS 12 PLENÁRIAS REGIONAIS

Após a rodada de 12 plenárias regionais, uma em cada região de integração que são região do Guamá, Rio Capim, Rio Caeté, Tocantins, Carajás, Araguaia, Xingu, Baixo Amazonas, Lago Tucuruí, Marajó, Tapajós e Metropolitana, regiões que são compostas por diferentes números de municípios pois o fator que se considerou para dividi-las foi a proximidade em territórios, cultural e econômica, as plenárias regionais tinham como meta reunir todos municípios de cada região. Identificar os objetivos de cada macro-objetivo, relacionado a cada dimensão (social, econômica, ambiental, democrática e territorial), que serviram como diretrizes estratégicas, e foram conceituados como os rumos, direções e sentidos a serem perseguidos para a escolha de programas e metas. Esses objetivos constituíram a materialidade e significância dos programas com a missão e coerência da ação governamental para o futuro.

A novidade é que os objetivos guardam particularidades dentro de cada economia identificada territorialmente. Portanto, o desafio deve ser alcançar a síntese entre os dois ambientes a serem trabalhados na estratégia de longo prazo, a saber: a diversificação da matriz produtiva existente e a nova economia sócio-ambiental.

O processo de votação era realizado através de grupos que debatiam o macro objetivo que lhe era de interesse votando nas demandas que compunham uma cédula referente a cada objetivo conforme apresentados abaixo:

Objetivos do macro-objetivo 1: Qualidade de vida para todas e todos

- Promover o desenvolvimento social, combater a fome e a miséria no Estado do Pará, promovendo a assistência e a segurança alimentar e nutricional com valorização da cultura alimentar paraense;
- Promover o acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde pública, fortalecendo o Sistema Único de Saúde;
- Criação de uma política estadual de educação capaz de melhorar a qualidade do ensino no Pará, desde a atenção ao ensino pré-escolar e infantil ao ensino universitário, com ênfase na melhoria do ensino médio e na qualidade de vida dos professores e professoras, e profissionais em educação;

- Apoiar as cidades paraenses na melhoria das condições de saneamento, habitação, acessibilidade e mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida, meio ambiente e respeito aos portadores de deficiência;
- Garantir os direitos de crianças e adolescentes no combate a todas as formas de violência;
- Garantir oportunidades a jovens e mulheres e combater as desigualdades sociais;
- Promover a igualdade étnica e racial, com destaque às populações indígenas e quilombolas, dando ênfase na valorização dos saberes e culturas existentes no Estado do Pará;
- Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos e respeito a diversidade sócio-cultural e orientação sexual;
- Garantir pleno funcionamento do sistema de justiça, incorporando o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia Judiciária;
- Efetivar uma política de segurança pública cidadã, de combate ao crime organizado e respeito aos direitos humanos
- Valorizar as diferentes manifestações e expressões existentes no Estado dentro de uma política estadual de cultura;
- Valorizar o esporte e o lazer como meios de melhoria da qualidade de vida da população paraense
- Ampliar o acesso a inclusão digital como ferramenta de cidadania e inclusão social de homens e mulheres paraenses;
- Garantir os direitos da população junto as relações de consumo, seja na cobrança de preços justos ou mesmo na qualidade dos produtos e serviços oferecidos ao consumidor.

Objetivos do macro-objetivo 2: Inovação para o desenvolvimento

- Democratizar o acesso ao crédito e ao financiamento visando apoiar as iniciativas para o investimento, produção e consumo no Estado do Pará;

- Implementar um sistema estadual de emprego, trabalho e renda visando a reinserção no mercado de trabalho, qualificação profissional, redução da informalidade e fim de práticas como o trabalho escravo;
- Buscar o desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões do Estado do Pará, através do apoio ao Plano Nacional de Reforma Agrária e do fortalecimento da agricultura familiar e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e indígenas;
- Coordenar o processo de expansão do setor agropecuário exportador, apoiando no aumento da produtividade e competitividade setorial;
- Garantir apoio à expansão ao setor da pesca, com ênfase na pesca artesanal profissional, garantindo instrumentos de apoio nos diferentes elos da cadeia produtiva;
- Implementar uma política industrial competitiva e articulada com a estratégia geral de desenvolvimento do Estado do Pará, estimulando a articulação dos elos das principais cadeias produtivas existentes e atraindo novos investimentos produtivos;
- Construir uma nova política de Ciência, Tecnologia e Inovação que valorize a biodiversidade e o conhecimento existente na Amazônia Paraense;
- Ampliar a sinergia da indústria extrativista de minério com a economia paraense;
- Ampliar a atuação junto as micro, pequenas e médias empresas com o apoio à capacidade empreendedora e o estímulo à economia solidária;
- Viabilizar os investimentos em infra-estrutura econômica de logística (estradas, portos, hidrovias), energética e de comunicações para ampliar a capacidade competitiva do Estado do Pará e melhorar a qualidade de vida da população;
- Inovar na política para o turismo no Estado, fortalecendo as vocações e as características atrativas de cada região do Pará;
- Conservar o bioma amazônico e os ecossistemas existentes no Estado do Pará através de uma nova gestão ambiental, capaz de organizar a utilização sustentável dos recursos hídricos, dos solos, das florestas e da qualidade do ar, dinamizando a economia das populações residentes e tradicionais;

Objetivos do macro-objetivo 3: Gestão participativa, descentralizada e de respeito e valorização dos servidores públicos

- Preservar consistência e responsabilidade fiscal, ampliando a eficiência tributária e o controle sobre os gastos públicos;
- Fortalecer a integração regional através do fortalecimento e integração das políticas públicas a serem implementadas em cada território, valorizando a identidade social existente nas regiões;
- Garantir a participação popular em todas as esferas e ciclos de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas em implantação no Estado do Pará, seja nas regiões ou junto aos conselhos setoriais de políticas públicas;
- Valorizar a identidade do Pará e preservar sua integridade e soberania como unidade federada do Brasil;
- Estabelecer uma relação de respeito e diálogo permanente com os servidores públicos estaduais;
- Descentralizar a gestão pública estadual, facilitando o acesso dos serviços à população;
- Implementar uma gestão pública comprometida com a transparência e combate permanente à corrupção, garantindo o controle social para o cidadão;
- Estabelecer uma política de comunicação social capaz de levar informação de qualidade e respeito aos cidadãos e cidadãs paraenses, e apoiar a democratização dos meios de comunicação.

3 A REALIZAÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Após os resultados das plenárias e a sistematização dos dados da hierarquização dos temas que estavam inseridos nos 3 macros objetivos, foi dado o inicio os trabalhos das Assembléias Públcas Municipais as APMs que ocorreram durante o mês de julho de 2007, nos 143 municípios do estado do Pará e mais 2 localidades nos distritos de Morais de Almeida e Castelo dos Sonhos que por serem muitos distantes centros e também pelos tamanhos geográficos dos municípios de Altamira e Itaituba o qual fazem parte os distritos respectivamente houve a necessidade de realizar essas APMs extras para que pudéssemos contemplar e garantir uma representatividade do povo daqueles municípios, pois o estado do Pará tem suas particularidades que não podem ser deixadas de lado em um processo como esse que a titulo de informação temos municípios que são maiores que certos países da Europa e foi necessário se adaptar as essas situações durante o período de realização das assembléias.

As APMs iniciavam com uma visita precursora para definir os locais de realização e solicitar os mesmos, também neste momento se faziam visitas as meios de comunicação para iniciar o trabalho de mídia e as visitas aos representantes das entidades governamentais ou não para a mobilização das reuniões preparatórias realizadas vários dias antes, uma em cada região onde participaram líderes dos movimentos sociais, prefeitos, vereadores e representantes das igrejas que tinha como objetivo informar e prepará-los para as Assembléias Públcas Municipais, para que após a reunião pudesse retornar aos seus municípios para iniciar a mobilização da sociedade, em seguida iniciou-se a mobilização em loco de toda a população do município usando as rádios comunitárias através de entrevistas onde era exposto a importância do processo, as redes de televisão locais, a mobilização nas comunidades através dos sindicatos, associações, cooperativas, ONG's, as entidades de pesquisas e por meio oficial através das prefeituras e câmaras municipais e representantes locais dos órgão do governo estadual que se envolveram na construção do processo das assembléias, com tudo preparado no dia previsto iniciava-se as APMs com o cadastramento de todos os participantes onde era feito também o cadastro com o preenchimento de uma ficha com informações e tinha como objetivo dar a base de informações para a sistematização fazer um levantamento minucioso do perfil ou perfis dos nossos participantes da assembléias

e também os extrair dados estatísticos de participação entre outros, esses mesmos dados quantitativos seriam usados mais tarde na escolha do número de conselheiro, e nesse momento era entregue o material que continha o crachá de identificação, uma cartilha que continha os resultados sistematizado em uma linguagem acessível para que todos compreendessem os resultados de votação dos temas que compunham os 3 macros objetivos e também a cédula da votação que durante o processo iria ser utilizada como instrumento de decisão nas escolhas da demanda, iniciada a assembléia era composta a Mesa onde eram convidados a participarem as autoridades locais e alguns representantes dos movimentos sociais, onde após o pronunciamento de todos, era garantido ao poder público municipal um determinado tempo para que fosse feito uma exposição pelo prefeito ou representante do plano diretor participativo naqueles municípios que o fizeram e no caso daqueles que não fizeram por razão da lei facultar devido ao número de habitantes ser inferior a 20000 a eles era garantido o espaço para apresentação de sua visão estratégica para o município em ambos os casos tinha como objetivo contribuir para a formação do debate, em seguida era apresentado o regimento interno das assembléias que tinha a finalidade de nortear os participantes da metodologia a ser adotada nas escolhas das demandas que iniciava com um recesso de 30 minutos para fosse feita a entrega de materiais para que fosse nele exposto a demanda que poderia ser somente uma e cada grupo ou pessoa poderia apresentá-la a mesa que era numeradas por ordem de chegada e o número recebido seria o que representaria a demanda na eleição, após o tempo esgotado e todas as demandas entregues e identificadas, era escolhido um representante do grupo ou a pessoa que apresentou a demanda para fazer a defesa para a assembléia da mesma, neste momento era aberto o espaço de 2 minutos para que o representante defendesse sua obra ou serviço que poderia ser tanto municipal quanto regional com o intuito de convencer a maioria de que a sua demanda deveria ser hierarquizada como prioridade para isso o voto deveria ser no número a qual a mesma recebeu quando foi entregue a mesa, após a conclusão de todas as defesas iniciava-se o processo de votação onde todos os participantes inscritos usava sua cédula para escolher a demandas que julgava ser priorizada como 1º lugar, 2º lugar e 3º lugar, o que gerou inicialmente na maioria das assembléias um certa dúvida do processo onde foi necessário um reforço na explicação de como seria a votação, depois de todas as duvidas tiradas todos votavam e depositavam

em uma urna que posteriormente seria conferida com a presença de representantes da assembléia que acompanhavam todo a apuração, urnas apuradas o resultado era apresentado assembléia qual demanda teve mais vota em 3º lugar, qual teve mais voto em 2º e qual foi mais votada em 1º lugar finalizando assim o processo de escolha das demandas que o estado se comprometeu a realizar durante os anos 2008 a 2011. Concluída esta etapa iniciávamos a próxima que era a eleição dos conselheiros que teriam o papel após a sua escolha de representar o município e suas demandas eleitas exercendo o controle social do dinheiro público.

Na ocasião foi informado o total de participantes inscritos na assembléia o que gerou a quantidade de conselheiros a serem escolhidos, cada município além dos conselheiros natos que era um representante do poder executivo e um representante do poder legislativo municipal e elegeu dois representantes, mais um para cada 20 (vinte) participantes na Assembléia Pública Municipal ou fração acima de 50% nas Regiões de Integração que tinha densidade demográfica maior que é caso das Regionais Metropolitana, Guamá e Caeté; nas demais regiões, além dos dois representantes por município, o critério foi de um para cada 10 (dez) participantes na APM ou fração acima de 50%, a escolha era feita por seguimento respeitando a proporcionalidade conforme tabela e observações abaixo.

Tabela I

Participação (%)	SEGMENTOS SOCIAIS
30	Movimentos sociais e populares – associações comunitárias ou de moradores; movimentos por moradia, movimentos de luta por terra, movimentos estudantis, ambientais, organizações religiosas, culturais, esportivas, gênero, geração, etnias e orientação sexual, etc.
20	Trabalhadores – entidades sindicais de trabalhadores do setor público e privado.
20	Empresários – entidades de qualquer porte, associações e cooperativas de produtores, representativas do empresariado local.
10	Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa – entidades representativas de associações de profissionais autônomos, profissionais representantes de entidades de ensino ou pesquisa.
10	Organizações Não Governamentais – entidades do terceiro setor.
10	Pessoas físicas que não integram organizações da sociedade civil.

Na ocasião quando detectado a inexistência de algum segmento ou quando a quantidade de representantes na assembléia fosse inferior a 10 (dez) a representação era prioritariamente composta por movimentos sociais e populares, trabalhadores e empresários, nesta ordem e na escolha de representantes foi observada a obrigatoriedade de garantir no mínimo 30% de presença de mulheres.

Para eleição de conselheiros cada segmento social reuniam-se, em consonância com a dinâmica da plenária separadamente para eleger seu representante sem que haja qualquer interferência da parte da organização apresentandos em ficha própria entregue no momento em que os grupos se reuniram para eleger seus representantes e após a eleição a ficha era entregue a coordenação devidamente preenchida com os dados dos conselheiros eleitos para o registro dos mesmos e futuros contatos.

Após o fim da etapa de escolhas dos conselheiros os mesmos eram apresentados a assembléia para qualquer questionamento, não havendo nenhum a ata da assembléia era lida para aprovação e assinada por todos os conselheiros e finalizada a Assembléia Pública Municipal e todos os dados eram encaminhados para o setor de sistematização para serem geradas as estatísticas e arquivamento do material.

4 RESULTADOS

As Assembléias Públicas Municipais foram abertas à participação direta e universal de todos os cidadãos residentes nos municípios e tiveram como objetivos:

A definição, escolha e hierarquização das demandas durante as assembléias, que tinham como processo de votação em cédulas que informavam em sendo obras e serviços a serem enviadas ao Conselho Regional – CR, para deliberação, com base nas diretrizes o qual foi informada no regimento interno do planejamento regional que foram votadas durante as plenárias regionais, A eleição dos conselheiros do município para compor a CR, representando a sociedade civil organizada, e resultaram em 435 demandas que representam os mais diversos anseios do nosso povo, todos colhidas democraticamente e com a representação de todos os seguimentos da sociedade, totalizando a participação de 40715 pessoas , 143 municípios visitados como mostra o quadro abaixo:

Tabela II

	Município	População	Participantes APMS	Total de Conselheiros Eleitos
1	Abaetetuba	133.316	456	50
2	Abel Figueiredo	7.131	260	30
3	Acará	63.170	524	56
4	Afuá	36.524	363	40
5	Água Azul do Norte	33.350	150	19
6	Alenquer	39.697	244	28
7	Almerim	34.338	467	51
8	Altamira	85.649	209	25
9	Anajás	21.307	280	32
10	Ananindeua	498.095	1010	55
11	Anapu	6.425	76	12
12	Augusto Correa	34.998	383	23
13	Aurora do Pará	25.174	178	22
14	Aveiro	18.949	168	21
15	Bagre	13.607	402	44
16	Baião	21.893	200	24
17	Bannach	3.345	140	18
18	Barcarena	76.071	1023	106
19	Belém	1.428.368	2756	142
20	Belterra	17.659	562	60

	Município	População	Participantes APMs	Total de Conselheiros Eleitos
21	Benevides	45.774	346	21
22	Bom Jesus do Tocantins	14.232	197	24
23	Bonito	10.762	183	13
24	Bragança	103.751	400	24
25	Brasil Novo	21.386	94	13
26	Brejo Grande do Araguaia	8.243	49	9
27	Breu Branco	46.250	163	20
28	Breves	86.084	162	20
29	Bujaru	26.143	424	46
30	Cachoeira do Arari	17.658	89	13
31	Cachoeira do Piriá	20.759	159	12
32	Cametá	106.816	125	17
33	Canaã dos Carajás	13.870	213	25
34	Capanema	61.519	524	30
35	Capitão Poço	52.960	171	21
36	Castanhal	158.462	169	12
37	Chaves	17.313	52	9
38	Colares	12.328	266	17
39	Conceição do Araguaia	44.375	716	76
40	Concórdia do Pará	25.176	257	30
41	Cumaru do Norte	6.207	52	9
42	Curionópolis	13.785	241	28
43	Curralinho	23.573	215	26
44	Curuá	9.945	153	19
45	Curuçá	30.343	320	20
46	Distrito Castelo dos Sonhos		107	13
47	Distrito Moraes Almeida		97	12
48	Dom Eliseu	50.739	1061	110
49	Eldorado dos Carajás	43.013	96	15
50	Faro	15.043	107	15
51	Floresta do Araguaia	15.342	530	57
52	Garrafão do Norte	26.991	576	62
53	Goianésia do Pará	31.293	131	17
54	Gurupá	26.150	112	15
55	Igarapé-Açu	36.164	358	22
56	Igarapé-Miri	60.558	450	49
57	Inhangapi	8.430	196	14
58	Ipixuna do Pará	36.851	925	97

	Município	População	Participantes APMs	Total de Conselheiros Eleitos
59	Irituia	30.080	260	30
60	Itaituba	96.515	147	19
61	Itupiranga	65.229	174	21
62	Jacareacanga	34.683	110	15
63	Jacundá	48.368	186	23
64	Juruti	37.064	134	17
65	Limoeiro do Ajuru	21.847	141	18
66	Mãe do Rio	22.580	105	15
67	Magalhães Barata	7.961	263	17
68	Marabá	200.801	1231	127
69	Maracanã	29.046	551	32
70	Marapanim	28.141	156	12
71	Marituba	101.356	70	7
72	Medicilândia	22.631	115	16
73	Melgaço	25.887	76	12
74	Mocajuba	22.054	124	16
75	Moju	62.223	404	44
76	Monte Alegre	69.372	301	34
77	Muaná	27.758	132	17
78	Nova Esperança do Piriá	27.943	188	23
79	Nova Ipixuna	14.348	112	15
80	Nova Timboteua	12.869	356	22
81	Novo Progresso	39.245	153	19
82	Novo Repartimento	51.627	718	76
83	Óbidos	49.582	168	21
84	Oeiras do Pará	26.554	106	15
85	Oriximiná	53.999	123	16
86	Ourém	15.605	271	31
87	Ourilândia do Norte	20.054	326	37
88	Pacajá	31.179	121	16
89	Palestina do Pará	9.033	118	16
90	Paragominas	88.877	193	23
91	Parauapebas	95.225	827	87
92	Pau D'Arco	8.939	148	19
93	Peixe-Boi	9.086	324	20
94	Piçarra	14.389	48	9
95	Placas	15.614	217	26
96	Ponta de Pedras	20.316	143	18

	Município	População	Participantes APMs	Total de Conselheiros Eleitos
97	Portel	44.393	146	19
98	Porto de Moz	29.890	62	10
99	Prainha	30.278	54	9
100	Primavera	11.014	231	16
101	Quatipuru	12.189	286	18
102	Redenção	72.085	398	44
103	Rio Maria	10.818	58	10
104	Rondon do Pará	46.311	703	74
105	Rurópolis	28.497	109	15
106	Salinópolis	41.416	178	13
107	Salvaterra	17.505	121	16
108	Santa Bárbara do Pará	13.313	68	8
109	Santa Cruz do Arari	5.611	189	23
110	Santa Izabel do Pará	50.543	158	12
111	Santa Luzia do Pará	19.818	745	41
112	Santa Maria das Barreiras	13.710	170	21
113	Santa Maria do Pará	22.996	228	15
114	Santana do Araguaia	42.523	90	13
115	Santarém	276.074	116	16
116	Santarém Novo	6.135	102	9
117	Santo Antônio do Tauá	21.836	466	27
118	São Caetano de Odivelas	14.608	122	10
119	São Domingos do Araguaia	24.230	51	9
120	São Domingos do Capim	32.231	208	14
121	São Felix do Xingu	41.813	186	23
122	São Francisco do Pará	16.186	332	21
123	São Geraldo do Araguaia	27.242	40	8
124	São João da Ponta	3.916	128	10
125	São João de Pirabas	18.389	227	15
126	São João do Araguaia	17.207	197	24
127	São Miguel do Guamá	47.599	94	9
128	São Sebastião da Boa Vista	19.688	70	11
129	Sapucaia	2.752	58	10
130	Senador José Porfírio	10.285	181	22
131	Soure	21.789	141	18
132	Tailândia	53.755	589	63
133	Terra Alta	10.468	221	15
134	Terra Santa	17.395	207	25

	Município	População	Participantes APMs	Total de Conselheiros Eleitos
135	Tomé-Açu	51.612	404	44
136	Tracuateua	27.090	221	15
137	Trairão	17.892	38	8
138	Tucumã	20.826	86	13
139	Tucuruí	87.602	894	93
140	Ulianópolis	27.987	191	23
141	Uruará	59.881	176	22
142	Vigia	42.214	187	13
143	Viseu	53.607	360	22
144	Vitória do Xingu	10.206	141	18
145	Xinguara	29.606	610	65
Total		7.110.465	40.715	3.983

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a experiência do Planejamento Territorial Participativo do governo do Estado do Pará, permite-nos discutir sobre os alcances e limites da ação de um governo democrático e popular no sentido de estimular, fortalecer e abrir espaços para que a população, organizada ou não, assuma efetivamente um papel de co-responsabilidade na gestão pública estadual.

No atual estágio de construção de uma sociedade democrática e a partir do reconhecimento de que há diferentes níveis e graus de participação popular possível, passamos a reconhecer que existem diferentes formas institucionais para se transformar as relações com a população no exercício do poder compartilhado. Esses canais podem ser permanentes, eventuais, setoriais, globais, regulamentados, normatizados, deliberativos, consultivos, de fiscalização, monitoramento, etc.

A constatação desse fato colocou com maior ênfase a necessidade de, em cada região de integração do Estado do Pará, analisarmos a correlação de forças existente, procurando caracterizar com mais precisão a base social de sustentação dos programas de governo lançados e elaborados pela participação popular de cada região.

Em diversos momentos, propostas que constaram com o apoio popular e/ou foram fruto de processos bastante qualificados de participação popular foram inviabilizados pelos interesses predominantes e corporativos presentes nas outras esferas de poder. Vale lembrar também o peso que jogam as relações do poder municipal com o poder estadual e federal na obtenção de respostas efetivas às demandas que incidem inicialmente sobre o poder local, sobretudo em conjuntura de crise recessiva com a que vivemos. Esse tipo de análise indispensável para se ter uma visão mais realista dos passos necessários à constituição de um real poder deliberativo da maioria da sociedade.

Sem dúvida, esforços foram realizados no sentido de tornar transparentes as ações e os mecanismos de funcionamento do Estado para a população, facilitando a apropriação, por parte desta, das informações necessárias para o exercício de propor, acompanhar e controlar a ação do Estado. Porém, os resultados parecem ainda pequenos, pois pesa a negação histórica à população do direito à informação por parte do Estado. Uma mudança de postura sugere necessariamente

a mediação da educação popular e da comunicação concebidas como meios para a criação de uma nova pedagogia da relação entre um governo democrático e popular e a população organizada ou não.

A falta de clareza sobre a importância dessas mediações e de sua inter-relação fez com que muitos esforços de tornar mais transparente a ação do Estado e, de modo mais geral, de incentivar à participação popular, tivessem uma eficácia político-pedagógica reduzida.

Em relação à sociedade, com a convocação para a sua participação nas decisões, colocaram-se a nu as virtudes e fragilidades existentes na sua organização. Os movimentos sociais organizados não conseguiram, de início, na sua maioria, avançar muito além da apresentação de demandas e reivindicações e têm dificuldades para ocupar e disputar hegemonia nos múltiplos espaços criados. Aqueles que conseguiram desenvolver uma capacidade propositiva em relação às políticas públicas têm ocupado espaço e contribuído muito para a implementação efetiva dos canais de participação popular na aplicação da política de inversão de prioridades. Cabe assinalar que o maior intercâmbio e articulação que vem se desenvolvendo entre os movimentos e os desafios a eles colocados a partir de criação de espaços de participação popular na administração pública estadual e em alguns municípios, provocaram ao longo desses dois anos um amadurecimento político e uma nova qualidade na sua relação com o Estado.

Nesse sentido, o PTP se torna uma peça importante para o desenvolvimento regional, com a responsabilidade de colaborar para um governo democrático e popular, a partir da descentralização e participação da sociedade civil.

O Planejamento Territorial Participativo se apresenta de forma marcante, diferenciada e inovadora no Pará. E o que faz o PTP prosseguir com sucesso, é a participação indispensável dos Conselheiros. Mas o que significa, na íntegra, os Conselhos?

A resposta se torna simples, quando se comprehende que os Conselheiros representam uma ponte entre o Governo do Estado e a população de cada região. Na segunda etapa do PTP, em julho de 2007, foram realizadas Assembléias Públicas Municipais (APMS) nos 143 municípios que compõem o Estado do Pará.

Nessas APMS, além da própria população apresentar as três prioridades da sua região e encaminharem aos Conselhos regionais, ela também elegeu os conselheiros e seus suplentes, os quais serão seus representantes. No total, foram

eleitos 3.968 Conselheiros Regionais, onde cada um participa e controla a execução de políticas em sua Região.

Além dos Conselhos Regionais, foi criado o Conselho Estadual que conta com 114 Conselheiros. Ele é formado pela Governadora do Estado, um representante da Assembléia Legislativa do Estado, 18 representantes do Governo do Estado, nomeados pela Governadora, três representantes de entidades da sociedade civil e 84 Conselheiros dos que foram eleitos nos Conselhos Regionais.

O papel do Conselho Estadual é participar e controlar a execução de políticas nas doze Regiões de integração do Estado. Tanto o Conselho Estadual, quanto os Conselhos Regionais, são formas eficientes de unir o povo ao Governo do Estado empoderando os atores sociais excluídos do processo do planejamento do Estado, ganhando vez e voz nas decisões que dizem respeito a ela. Esta é a experiência de democracia participativa do Governo do Estado do Pará.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. F.; FONTES, E. Perfil dos participantes das assembléias públicas municipais e dos conselheiros do PTP. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Caderno para reflexões**. Belém: 2007.

ANDRADE, C. F., FONTES, E. O. & MESQUITA, T. B. **E-CAR/PTP/SEPOF**: Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados. Brasília: Congresso Consad, 2008.

LIMA, J. J. F. As experiências das plenárias públicas do planejamento territorial participativo. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Caderno para reflexões**. Belém: 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS. **Cartilha de orientações para as Assembléias Públicas Municipais**. Belém: 2007.

_____ . **Planejamento Territorial Participativo**. Belém: 2007.

_____ . **Planejamento Territorial Participativo para o desenvolvimento do Estado do Pará**. Belém: 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS. **Planejamento Territorial Participativo Regimento Interno das Assembléias Públicas Municipais**. Belém: 2007.

AUTORIA

Carlos André Vieira Guedes – Técnico em agropecuária pela Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (1997), possui graduação em Gestão Empresarial pela Universidade da Amazônia (2008). Atualmente é Agente Regional do Rio Capim e Assessor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará.

Endereço eletrônico: cguedespt13@gmail.com

Filiação Institucional: Governo do Estado do Pará/Superintendência do Planejamento Territorial Participativo & Secretaria de Planejamento do Município de Ipixuna do Pará.